

Contabilidade pública no Brasil: um estudo bibliométrico (2010-2015)Mara Luiza Gonçalves Freitas¹Bárbara Pop²**RESUMO**

O presente artigo apresenta um estudo bibliométrico das publicações veiculadas em periódicos indicados pela ANPCONT no período entre 2010 e 2015, com classificação Qualis entre B1 e A2, que tiveram como enfoque a contabilidade pública. Através de um breve apontamento sobre as mais recentes publicações a estudarem a contabilidade pública, aplicando a bibliografia, demonstra-se a inovação dessa proposta de estudo, que mais tarde será sustentada por uma interessante reflexão sobre a evolução histórica da contabilidade pública e seu estado da arte quanto agenda de pesquisa global. De forma objetiva, explicam-se os procedimentos metodológicos. Foram identificados 27 artigos científicos, envolvendo 85 autores. Averiguou-se que a maioria desses autores não formam rede de relações de coautoria, visto que somente uma ligação foi evidenciada. Percebeu-se ainda que os temas predominantes dos estudos estão relacionados à informação contábil e aos procedimentos contábeis (agenda tradicional), reforçando a predominância de abordagens teóricas normativas e positivas da contabilidade, ainda que dissociadas.

PALAVRAS-CHAVE: Contabilidade Pública, bibliometria, produção acadêmica.**ABSTRACT**

This article presents a bibliometric study of the publications published in periodicals nominated by ANPCONT in the period between 2010 and 2015, with Qualis classification between B1 and A2, which focused on public accounting. Through a brief note on the latest publications to study public accounting, applying the bibliography, the innovation of this study proposal is demonstrated, which will later be sustained by an interesting reflection on the historical evolution of public accounting and its state of the art. Art as a global research agenda. In an objective way, the methodological procedures are explained.

¹ Professora de Administração da FACICA - Faculdade de Campos Gerais. Membro do Núcleo de Núcleo de Ensino, Pesquisa e Consultoria em Finanças e Contabilidade do Departamento de Ciências Administrativas da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE) da Universidade Federal de Minas Gerais. adm@marafreitas.adm.br.

² Professora do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Contas Públicas da Universidade Estácio de Sá.

27 scientific articles were identified, involving 85 authors. It was found that most of these authors do not form a network of co-authoring relationships, since only one link was evidenced. It was also noticed that the predominant themes of the studies are related to accounting information and accounting procedures (traditional agenda), reinforcing the predominance of normative and positive theoretical approaches to accounting, even though they are dissociated.

KEY WORDS: Public Accounting, bibliometrics, academic production.

1 INTRODUÇÃO

A evolução da produção acadêmica brasileira sobre a Contabilidade Pública é o tema desse trabalho de conclusão do MBA em Gestão de Contas Públicas do Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá. Seu propósito é demonstrar a abordagem desse relevante tema em periódicos indicados pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Contabilidade (ANPCONT), com classificação QUALIS entre B1 e A2, no período entre 2010 e 2015.

A escolha de tal tema de pesquisa emerge face ao papel da contabilidade na administração pública, tanto como ferramenta de controle quanto de auditoria. É fato que desde o advento em curso da Operação Lava Jato no processo de mitigação da corrupção de grande vulto, a contabilidade pública tornou-se uma parceira de primeira hora para o atendimento de premissas constitucionais como a transparência, a probidade na administração pública, o controle social, o exercício da cidadania, a higidez na gestão do erário público.

O estudo possui a pretensão de ampliar estudos realizados por Roza, Machado & Quintana (2011), intitulado “Análise Bibliométrica da Produção Científica sobre Contabilidade Pública no Encontro de Administração Pública e Governança (EnAPG) e na Revista de Administração Pública (RAP), no período 2004-2009”; Oliveira, Barbosa, Rezende, Silva & Albuquerque (2013), “Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público”, que avalia o período entre 2007 e 2011, com ênfase nos anais dos Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, do Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Ciências Contábeis e do Congresso Brasileiro de Custos (CBC); Souza, Silva, Araújo (2013), “Uma análise da produção científica da área de contabilidade governamental nos periódicos que utilizam

o SEER e o SciELO”, apresentando estudo bibliométrico de todos os periódicos inscritos nas referidas bases até o ano de 2013.

Sua proposta é inédita, em razão do sujeito de pesquisa a ser avaliado, do período a ser estudado e da abordagem teórica apresentada. Para facilitar a compreensão a respeito do estudo, destacam-se a seguir o problema e os objetivos de pesquisa, bem como os procedimentos metodológicos que serão utilizados para a execução dessa monografia.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O presente estudo pretende investigar a proporção de produções científicas publicadas em periódicos indicados pela ANPCONT no período entre 2010 e 2015, que se enquadrem na classificação QUALIS entre B1 a A2.

1.2 OBJETIVOS

Partindo do problema de pesquisa, pretende-se observar qual foi a produção voltada ao tema contabilidade pública nos periódicos indicados pela ANPCONT no período entre 2010 e 2015. São objetivos específicos desse estudo:

- Identificação do quantitativo de estudos publicados nos periódicos indicados pela ANPCONT no período de 2010 a 2015 e que possuam classificação QUALIS entre B1 e A2;
- Mapear os principais autores que abordaram o tema Contabilidade Pública no período;
- Vislumbrar qual(uais) a(s) abordagem(ns) teórica(s) predominante(s) na(s) produção(ões) acadêmica(s).

Para que o problema de pesquisa e os objetivos geral e específicos sejam atendidos, adotam-se os procedimentos metodológicos descritos no item a seguir.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo será composto de três fases, sintetizadas pela FIGURA 1.

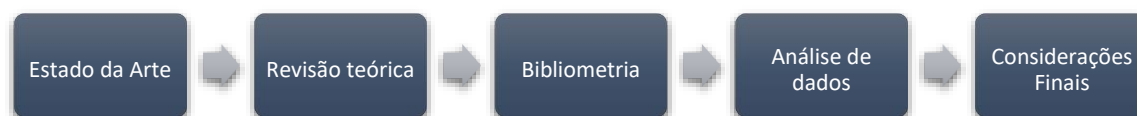


Figura 1 - Estrutura do trabalho acadêmico

Fonte: Elaborado pelas autoras, 2016.

Na primeira parte do estudo, apresenta-se uma breve análise sobre o estado da arte das produções acadêmicas nacionais voltadas ao tema estudo bibliométrico sobre o tema contabilidade pública. Na sequência, apresenta-se uma revisão teórica com ênfase ao tema Contabilidade Pública, abordando seus principais aspectos históricos e sustentação teórica, à luz de contribuições de autores nacionais e estrangeiros. Essa articulação entre o estado da arte e a fronteira do conhecimento são importantes para a terceira fase do estudo, onde apresenta-se a técnica de bibliometria, necessária para a análise de dados e o estabelecimento de considerações finais. O estudo, portanto, é qualitativo e quantitativo, de caráter exploratório, descritivo e causal.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 EVOLUÇÃO LEGAL DA CONTABILIDADE PÚBLICA

Após a chegada da Família Real Portuguesa ao Brasil, D. João VI sancionou o Alvará de 28 de junho de 1808, responsável pela criação do Erário Régio, estabelece regras de entrada e saída de erário do Tesouro e implanta a Contabilidade Pública do Erário, valorizando o método de escrituração mercantil (uso das partidas dobradas) e um sistemas de balanços (O ESTADO DE SÃO PAULO, 1914; CÂMARA DE DEPUTADOS, 2016). Na TABELA 1, é possível ler parte do trecho do referido alvará.

Tabela 1

Trecho do Alvará de 28 de junho de 1808 - Instituição da Contabilidade Pública e adoção do Método de Partidas Dobradas

TITULO II DO METHODO DA ESCRIPTURAÇÃO E CONTABILIDADE DO ERARIO

I. Para que o methodo de escripturação, e formulas da contabilidade da minha Real Fazenda não fique arbitrario, e sujeito á maneira de pensar de cada um dos Contadores Geraes, que ser servido crear para o referido Erario: ordeno que a escripturação seja a mercantil por partidas dobradas, por ser a unica seguida pelas Nações mais civilizadas, assim pela sua brevidade para o maneiio de grandes sommas, como por ser a mais clara, e a que menos logar dá a erros e subterfugios, onde se esconda a malicia e a fraude prevaricadores.

II. Portanto haverá em cada uma das Contadorias Geraes um Diario, um Livro Mestre, e um Memorial ou Borrador, além de mais um Livro auxiliar ou de Contas Correntes para cada um dos rendimentos das Estações de Arrecadações da minha Real Fazenda. E isto para que sem delongas se veja, logo que se precisar, o estado da conta de cada um dos devedores ou exactores das rendas da minha Coroa e fundos publicos.

III. Ordeno que os referidos livros de escripturação sejam inalteraveis, e que para ella se não possa augmentar ou diminuir nenhum, sem se fazer saber, por consulta do Presidente, a necessidade que houver para se diminuir ou accrescentar o seu numero.

Fonte: Câmara de Deputados, 2016.

Essa norma foi determinante para a criação de parâmetros mínimos para a administração das Finanças Públicas e de um Sistema de Contabilidade Pública. Esse processo evoluiu, conforme Palácio do Planalto (2016), com a publicação de normas fruto já de decisões tomadas por D. Pedro I, durante o 1º Império: (a) Decisão nº 147, de 26 de abril de 1832. Trata do regulamento das Contadorias, acompanhado das instruções para a escripturação das Tesourarias do Império (BRASIL, 1832); (b) Decreto nº 4.475, de 18 de fevereiro de 1870. Aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Corte (BRASIL, 1870); (c) Decreto nº 5.445, de 05 de abril de 1873. Promulga o novo quadro do número e vencimentos dos empregados do Tesouro e das Tesourarias da Fazenda, e faz outras alterações nos regulamentos dessas Repartições (BRASIL, 1873).

Durante o reinado de Dom Pedro II foi publicado o Código Comercial do Império - Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 - fortalece a exigência da escripturação e o uso de livros, conforme expressa os artigos 500 a 504 do referido Código Comercial. Estabeleceu a Lei nº 1083, de 22 de agosto de 1860, contendo exigências para Bancos de Emissão, meio circulante e diversas sociedades e avalizando a escripturação como meio de auditoria em processos falimentares (PALÁCIO DO PLANALTO, 2016), bem como o Decreto nº 2.679, de 03 de novembro de 1860, que impôs a Bancos e Outras Companhias e Sociedades Anônimas a obrigação de entregarem seus balanços e outros documentos aos órgãos competentes (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2016).

[...]

Art. 1º As Administrações, Directorias ou Gerencias dos Bancos, de suas Caixas Filiaes ou Agencias são obrigadas a publicar até o dia 8 de cada mez, nos lugares em que funcionarem, os balanços de suas operações effectuadas no mez antecedente, e a enviar duas copias authenticas, a saber: huma ao Presidente da respectiva Provincia e outra ao Ministerio da Fazenda; e bem assim, nas épocas da reunião geral dos accionistas, os respectivos relatorios de sua administração e os dos Fiscaes ou Commissões de exame de contas e quaesquer outros documentos impressos que forem nessa occasião apresentados (sic) [...]

[...] (CÂMARA DE DEPUTADOS, 2016).

Com a Proclamação da República em 1889, de acordo com Adde, Iudícibus, Filho & Martins (2014), ocorreram uma série de perturbações políticas ao longo de praticamente uma década. Esse ciclo, conforme os autores, perdeu sua força na gestão de Campos Sales, “[...] com a instituição denominada *Política dos Governadores*. Tal política prevaleceu, não isenta de sobressaltos, até sua cisão definitiva em 1930, com a Revolução de 1930 e o fim da Primeira República” (p. 3). Durante os primeiros anos da República, foram sancionados os seguintes decretos (PALÁCIO DO PLANALTO, 2016).

- Decreto nº 2.807, de 31 de janeiro de 1898 - Reorganiza as Repartições da Fazenda (BRASIL, 1898).
- Decreto Legislativo nº 23, de 30 de outubro de 1891. Reorganiza os serviços da Administração Federal (BRASIL, 1891).
- Decreto Legislativo nº 1.178, de 16 de janeiro de 1904. Cria os cargos de contador e procurador fiscal nas Delegacias Fiscais do Tesouro Federal, e dá outras providências (BRASIL, 1904).
- Decreto Legislativo nº 1.339, de 09 de janeiro de 1905. Declara instituição de utilidade pública a Academia de Comércio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ela conferidos (BRASIL, 1905a).
- Decreto nº 1.335, de 12 de dezembro de 1905. Institui no Tesouro do Estado a escrituração em forma comercial (BRASIL, 1905b).
- Decreto nº 7.751, de 23 de dezembro de 1909. Aprova o regulamento expedido em virtude do art. 32 da Lei nº 2.803, de 30 de julho de 1909, para execução dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional (BRASIL, 1909a)
- Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909. Reforma o Tesouro Federal e dá outras providências (BRASIL, 1909b).
- Decreto nº 13.248, de 23 de outubro de 1918. Aprova o regulamento que altera a organização do Tesouro (BRASIL, 1918).
- Decreto nº 13.746, de 03 de setembro de 1919. Dá instruções para o serviço geral de contabilidade pública em face da lei nº 2.083, de 30 de julho e decreto número 7.751, de 23 de dezembro de 1909 (BRASIL, 1919).

- Decreto nº 15.210, de 28 de dezembro de 1921. Aprova o regulamento que altera a organização dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional (BRASIL, 1921).
- Decreto nº 15.783, de 08 de novembro de 1922. Aprova o regulamento para execução do Código de Contabilidade Pública (BRASIL, 1922a).
- Decreto Legislativo n. 4.555, de 10 de agosto de 1922. (1923). Provê as despesas públicas no exercício de 1922 (BRASIL, 1922b)
- Decreto nº 16.650, de 22 de outubro de 1924. Organiza definitivamente a Contadoria Central da República e aprova seu regulamento (BRASIL, 1924).

Observa-se que ao longo da história, a contabilidade constituiu-se como pauta de primeira hora na administração pública brasileira. Contudo, ela esteve sujeita, conforme à instabilidade política ao longo de quase quatro décadas. Na década de 1960, mais especificamente em 04 de maio de 1964, entra em vigor a Lei nº 4.320 de 17 de março de 1964. A referida Lei, de acordo com o Palácio do Planalto (2016), “[e]statui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”.

Essa norma é fundamental, a medida que é a primeira do país que estabelece um regramento sobre as Finanças Públicas, determinando claramente os procedimentos orçamentários e associando-os aos procedimentos contábeis, as bases do plano de contas do setor público e as demonstrações financeiras obrigatórias para a Administração Pública. Subsequente a ela, tem-se o Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que promove a reforma administrativa e institui ajustes na administração das finanças públicas (PALÁCIO DO PLANALTO, 2016).

Com a Constituição de 1988, o tema Finanças Públicas e respectivamente a Contabilidade Pública ganhou destaque no Título IV da Carta Magna (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988). Além do fortalecimento do processo orçamentário em si, o Título aprofundou os procedimentos de gerenciamento de receitas e despesas, créditos orçamentários. Abriu ainda, espaço para as bases para a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com Pinto (2013), foi por meio da adesão às Normas Internacionais de Contabilidade, sintetizadas pela Portaria MF/STN nº 184, de 25 de agosto de 2008,

que a contabilidade pública começou a ganhar corpo. Associada à tal portaria, de acordo com o autor, foram publicadas o Decreto-Lei nº 6.976, de 07 de outubro de 2009, que dispõem sobre o Sistema de Contabilidade Federal e a Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009, que altera dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, promovendo a transparência e valorizando os mecanismos de controle na execução orçamentária. Tais normas viabilizaram que a Contabilidade ganhasse relevância estratégica na Administração Pública.

Vale ressaltar que o Conselho Federal de Contabilidade atuou de forma estratégica nesse processo de institucionalização dos conceitos contábeis no setor público. Além da Resolução CFC nº 1111/2007, que aprova o apêndice II da Resolução CFC nº 750/1993 (que trata dos princípios da contabilidade), o conselho ainda aprovou uma série de resoluções, que instituem as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (TABELA 2).

Tabela 2 - Normas Brasileiras de Contabilidade para o Setor Público

NBC.T	RESOLUÇÃO CFC	NOME DA NORMA
16.1	1.128/2008	Conceituação, Objeto e Campo de Aplicação
16.2	1.129/2008	Patrimônio e sistemas contábeis
16.3	1.130/2008	Planejamento e seus Instrumentos sob o Enfoque Contábil
16.4	1.131/2008	Transações no Setor Público
16.5	1.132/2008	Registro Contábil
16.6 R1	Dou 30/10/14	Demonstrações contábeis
16.7	1.134/2008	Consolidação das Demonstrações Contábeis
16.8	1.135/2008	Controle Interno
16.9	1.136/2008	Depreciação, amortização e exaustão
16.10	1.137/2008	Avaliação e mensuração de ativos e passivos em entidades do setor público
16.11	1.356/2011	Sistemas de Informação de Custos do Setor Público

Fonte: Conselho Federal de Contabilidade, 2016.

Concomitante a tais normas, a Secretaria do Tesouro Nacional estabeleceu um grupo de trabalho em 2008 para o processo de convergência da contabilidade com a Contabilidade Pública. Esse grupo consolidou o primeiro Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), que entrou em vigor para a Administração Pública Federal, no ano de 2009. Na primeira edição, foram instituídos, de acordo com Almeida (2014), os manuais de receita e de despesa. Atualmente, o MCASP está em sua sexta edição (SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, 2016).

Após a exposição sobre a evolução legal da Contabilidade Pública, apresenta-se alguns apontamentos sobre o estado da arte das pesquisas nesse campo de estudo das Ciências Contábeis.

2.2 APONTAMENTOS SOBRE O ESTADO DA ARTE DAS PESQUISAS EM CONTABILIDADE PÚBLICA

A *New Public Management* (NPM) e a *New Public Financial Management* (NPFM) foram reformas gerenciais relevantes introduzidas no contexto da administração pública durante as décadas de 1980 e 1990. De acordo com Jayasinghe, Nath & Othman (2015) a introdução dessas novas perspectivas promoveu não apenas a eficiência e a efetividade na administração pública, como também enfatizaram a transparência e a *accountability* na alocação de recursos e na entrega de serviços públicos.

A transição no modelo de gestão no setor pública também gerou reflexos nas discussões promovidas na academia. Em seu seminal artigo “*Contemporary public sector accounting research - An international comparison of journal papers*”, publicado em 2010 na *The British Accounting Review*, Andrew Goddard discorre sobre a evolução da agenda da *Public Sector Accounting Research* (PSAR). O autor aponta uma transição da agenda tradicional para um enfoque na “*alternative accounting research*”, realizando uma análise profunda das tendências da produção científica voltada à Contabilidade Pública nos últimos 30 anos. Para ele, a PSAR tem como enfoque análise do relacionamento entre o contexto organizacional e a respectivas mudanças gerenciais e de poder que ocorrem no setor público.

Em “*Public sector to public services: 20 years of “contextual” accounting research*”, publicado em 2008 na *Accounting, Auditing & Accountability Journal* em 2008, Jane Broadbent e James Guthrie realizam uma profunda reflexão sobre a produção científica na PSAR, revendo as produções submetidas aos principais periódicos internacionais da área de contabilidade entre 1992 e 2006. O enfoque do artigo, de acordo com os autores, é avaliar o estado da arte da produção científica na contabilidade aplicada no setor público e viabilizar a promoção de discussões que demonstrem a relevância da contabilidade pública para a definição de políticas públicas, bem como para a definição de uma agenda consistente para pesquisas futuras.

Broadbent & Guthrie (2008) estabelecem então as fronteiras entre a perspectiva tradicional e a alternativa da PSAR. O ponto de partida está na distinção entre os

conceitos de setor público para serviços públicos. Enquanto os estudos voltados à contabilidade aplicada no setor público voltam seu olhar à interpretação da propriedade e do controle, nos serviços públicos, o enfoque da pesquisa são as regras aplicadas aos administradores públicos, num contexto de privilégio à universalidade de acesso de serviços públicos pelos cidadãos, oferecidos à sociedade de forma equitativa. Os autores explicam que essa transição importa para a dinâmica da contabilidade pública, visto que com a introdução do conceito de serviços públicos, novas organizações surgiram.

Além da descentralização das responsabilidades do Governo Central para os Governos Locais, destacam-se dois sistemas identificados por eles ao longo do estudo: o *Public Institutional Systems* (PIS) e o *Public Business Enterprises* (PBE). O PIS pode ser identificado em sistemas de educação, de saúde, de segurança pública e prisional. Enquanto o PBE, em companhias públicas de gás, petróleo e energia elétrica. Esse último, como pode envolver recursos da iniciativa privada, pode demandar a emersão de agências de regulação. Essa configuração é denominada por Broadbent & Guthrie como organização híbrida. Evidentemente, que as mudanças nas configurações de gestão pública criaram impactos consideráveis na dinâmica de “financiamento, governança e responsabilidade pelo controle e operação desses serviços, bem como a contabilidade e a auditoria dos mesmos” (IDEM, IBIDEM). Como agenda alternativa, os autores propõem a contabilidade contextual (a contabilidade que se adequa aos contextos; uma forma de resiliência do procedimento) e o desenvolvimento de novas técnicas de contabilização (IDEM, IBIDEM). Em “*Public Sector Accounting - an interdisciplinary field involving accounting, economics, and jurisprudence*”, publicado na *Public Policy Review* em 2012, por Ryosuke Tao, aborda uma outra tendência emergente na PSAR: o *disclosure* (divulgação). De acordo com o autor, estudos relacionados a forma como as informações financeiras e contábeis são disponibilizadas aos Ministros de Estado e às Agências Governamentais tanto para a gerenciamento do gasto e dos custos públicos, definição dos parâmetros orçamentários, quanto para a definição de políticas públicas propriamente. Além disso, o *disclosure* implica diretamente na capacidade de *accountability* do Estado, impactando diretamente no relacionamento com os seus cidadãos, ampliando a qualidade das políticas fiscais do país e modernizando o aparato normativo (legal), que ampara a contabilidade pública nacional. Observa-se ainda, uma preocupação do autor em relação ao gerenciamento do fluxo de caixa e sua respectiva contabilização, quanto foco para a realização de estudos acadêmicos.

De forma geral, verifica-se a fronteira da PSAR concentra-se na adequação da contabilidade à realidade dos governos locais e ao formato de serviços públicos (sejam eles viabilizados por sistemas públicos ou empresas públicas), a promoção do *disclosure* e da *accountability*. Essa pauta, conforme explica Tao (2012) contribui sobremaneira para a sustentabilidade dos países e na equidade e na qualidade da oferta de serviços públicos ofertados à comunidade.

2.3 DO ESTADO DA ARTE DOS ESTUDOS BIBLIOMÉTRICOS SOBRE O TEMA CONTABILIDADE PÚBLICA

A origem do conceito de estado da arte é conferida à Aristóteles, no Livro I de sua seminal obra, *Metafísica*. Trata-se da articulação duas palavras gregas, *empeiria* e *téchne*, significando, respectivamente, experiência e técnica. De acordo com Mattos (2004), as pesquisas enquadradas nesse segmento relacionam-se àquelas que possuem caráter bibliográfico e que possuem em comum “[...] o desafio de mapear e de discutir uma certa produção acadêmica em diferentes campos do conhecimento, tentando responder a aspectos e dimensões que vêm sendo destacados em diferentes épocas e lugares, de que formas e em condições têm sido produzidas certas dissertações de mestrado, teses de doutorado, publicações em periódicos e comunicações em anais de congressos e de seminários”. No que tange aos estudos bibliométricos brasileiros em torno do tema Contabilidade Pública, vertente de interesse dessa monografia, destacam-se os estudos inscritos na TABELA 3.

Tabela 3 - Estudos Bibliométricos sobre a produção acadêmica na área de Contabilidade Pública no Brasil

Ano da publicação	Autores	Título	Local da publicação	Enfoque do mapeamento
2008	Carlos Adriano Santos Gomes, Jose Renato Sena Oliveira, Nirleide Saraiva Coelho, Cristina Castelo Branco Mourão de Andrade	Produção Científica em Contabilidade Pública: uma Análise dos Artigos Apresentados no ENANPAD e Congresso USP de Controladoria e Contabilidade no Período 2004-2007.	ENANPAD	ENANPAD; Congresso USP de Controladoria e Contabilidade

2011	Mariana Costa da Roza, Débora Gomes Machado, Alexandre Costa Quintana	Análise Bibliométrica da Produção Científica Sobre Contabilidade Pública no Encontro de Administração Pública e Governança (Enapg) e na Revista de Administração Pública (Rap), no período 2004-2009	Revista Contexto	Encontro de Administração Pública e Governança (Enapg) e Revista de Administração Pública
------	---	--	------------------	---

Tabela 3 - Estudos Bibliométricos...

(Continuação)

2013	Sheila Cristina Macário Oliveira, Eliedna de Sousa Barbosa, Isabelle Carlos Campos Rezende, Roseane Patrícia Araújo Silva, Lúcia Silva Albuquerque	Bibliometria em artigos de contabilidade aplicada ao setor público	XX Congresso Brasileiro de Custos	Congresso USP de Controladoria e Contabilidade; Congresso da Associação Nacional de Programas de Pós-graduação em Ciências Contábeis (ANPCONT); Congresso Brasileiro de Custos (CBC).
2013	Fabia Jaiany Viana de Souza, Mauricio Corrêa da Silva, Aneide Oliveira Araújo	Uma análise da produção científica da área de contabilidade governamental nos periódicos que utilizam o SEER e o SCIELO	Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia	Bases de pesquisa SEER e SCIELO
2015	Adriano Santos Andrade, Lucimar Antônio Cabral de Ávila	Contabilidade Pública: Uma Revisão de Estudos de 2000 a 2013	Congresso de Contabilidade 2015	Congresso de Controladoria e Contabilidade da FEA/USP; Seminários em Administração da FEA/USP (SEMAD); Encontro da Associação Nacional de PósGraduação e Pesquisa em Administração (ENANPAD); Congresso Brasileiro de Custos.

Fonte: elaborado pelas autoras, 2016.

Observa-se que os artigos avaliados comumente centram-se no mapeamento de produções concentradas em eventos ou periódicos específicos, destacando-se, pela

amplitude, o estudo desenvolvido por Souza, Silva & Araújo (2013). Em todos eles, todavia, observa-se que a produção acadêmica da área se concentra em estudos qualitativos, com predominância de autores provenientes das Universidades de Brasília, de São Paulo e Fundação Getúlio Vargas.

A observância do estado do conhecimento dos estudos bibliométricos sobre contabilidade pública no país, é relevante à medida que permite afirmar o ineditismo da abordagem proposta nessa monografia, que se diferencia dos existentes em dois aspectos: (a) objeto de estudo (periódicos indicados pela ANPCONT, com classificação QUALIS entre B1 e A2) e (b) espaço temporal (2010 a 2015).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa quantitativa, de caráter descritivo, utiliza a pesquisa bibliométrica, para demonstrar o perfil da produção acadêmica relacionada ao campo de estudo Contabilidade Pública em periódicos indicados pela Associação Brasileira de Pós-Graduação em Contabilidade (ANPCONT), com classificação QUALIS entre B1 e A2, no período de 2010 e 2015.

A bibliometria, de acordo com Guedes & Borschiever (2012), tem como fundamento um conjunto de leis e princípios que alicerçam a Ciência da Informação. Trata-se, conforme expõe Archambaut & Gagné (2004) de um “método de mensuração da produção e da disseminação do conhecimento científico”. Com o seu enfoque direcionado à produção acadêmica, conforme os autores, a bibliometria pode gerar três tipos de indicadores: a contagem de publicações, o número de citações e o fator de impacto e o número de cocitações, co-utilização de palavras e acoplamento bibliográfico.

Para efeito da produção dos indicadores, Guedes & Borschiever (2012) evidenciam as três “principais leis bibliométricas [...]: Lei de Bradford (produtividade de periódicos), Lei de Lotka (produtividade científica de autores) e Leis de Zipf (frequência de palavras)”. Para efeito desse trabalho, interessam as Leis de Bradford e a de Lotka. Nesse sentido, será identificada a relevância dos periódicos indicados pela ANPCONT (TABELA 4), no que tange ao número de artigos publicados sobre Contabilidade Pública, escalonando-os pelo grau de qualidade, segundo os critérios QUALIS, bem como os principais pesquisadores nesse conjunto de artigos selecionados.

Tabela 4 - Periódicos com classificação Qualis B1 a A2, indicados pela ANPCONT

Revista	Instituição	QUALIS
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	FEA/USP	A2
Revista Brasileira de Gestão de Negócios – RBGN	FECAP/SP	A2
Brazilian Business Review – BBR	FUCAPE/ES	B1
Contabilidade Vista & Revista	UFMG/MG	B1
Revista Contemporânea de Contabilidade – RCC	UFSC/SC	B1
Revista de Contabilidade e Organizações – RCO	FEA/USP/RP	B1
Revista Universo Contábil	FURB/SC	B1
Revista Enfoque: Reflexão Contábil	UEM/PR	B1

Fonte: ANPCONT, 2016.

Seguindo proposição utilizada por Morás & Clann (2016), serão elaborados os seguintes indicadores: (a) Número de artigos sobre contabilidade pública e contabilidade do setor público publicados em cada periódico por período, (b) Número de coautorias por artigo, (c) Rede de coautoria. As informações obtidas inicialmente serão tratadas com a elaboração de distribuições de frequências simples e absoluta e cálculo de indicadores estatísticos descritivos e inferenciais.

4 ANÁLISE DE DADOS E DISCUSSÃO

Foram identificados, a partir do uso das palavras-chave “contabilidade pública” e “contabilidade governamental”, 27 artigos científicos sendo que mais de 70,4% foram publicados no período entre 2011 a 2015, conforme é possível observar na TABELA 5. A média aritmética simples para o volume de publicações em razão do período analisado é de 4,5 publicações/ano, enquanto o desvio-padrão calculado de 7,64 publicações ano, o que demonstra baixo interesse acadêmico em escrever produtos científicos a respeito do tema.

Tabela 5 - Número de artigos sobre contabilidade pública e contabilidade do setor público publicados em cada periódico por período

Revista	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	0	0	0	0	1	0
Brazilian Business Review – BBR	0	0	1	0	1	0
Contabilidade Vista & Revista	0	2	2	0	0	1
Revista Contemporânea de Contabilide	0	0	1	1	1	3
Revista de Contabilidade e Organização	2	1	1	0	1	0
Revista Universo Contábil	0	2	0	0	0	2
Revista Enfoque: Reflexão Contábil	1	0	1	0	2	0

Total	3	5	6	1	6	6
Frequência simples (%)	11,1	18,5	22,2	3,8	22,2	22,2
Frequência absoluta (%)	11,1	29,6	51,8	55,6	77,8	100

Fonte: Dados de pesquisa, 2016.

No que diz respeito ao número de coautorias por artigo, nota-se que há uma concentração de produções envolvendo de 02 a mais de 04 publicações. Verificou-se dois casos onde haviam 05 e 06 autores respectivamente, o que demonstra que comumente a produção é realizada em grupo. Isso gera uma inquietação, à medida que se observa que das 27 publicações encontradas, 11 foram produzidas por quatro ou mais autores, o que demonstra ou o uso do tema para cumprimento de metas de produção ou um nível de complexidade elevado para a produção de pesquisas acadêmicas sobre contabilidade pública. Evidentemente que os números da TABELA 5 corroboram com a baixa produtividade apontada na TABELA 06, a se considerar a relevância do tema para a administração pública desde a introdução da *New Public Management* no contexto brasileiro.

Tabela 6 - Número de coautorias por artigo

Período	1 Autor	%	2 Autores	%	3 Autores	%	≥ 4 Autores	%	Total
2010	0	0,00	0	0,00	1	33,0	2	67,0	3
2011	0	0,00	1	20,0	3	60,0	1	20,0	5
2012	1	17,0	1	17,0	1	17,0	3	50,0	6
2013	0	0,00	0	0,00	1	100,0	0	0,00	1
2014	0	0,00	1	20,0	1	20,0	3	60,0	5
2015	0	0,00	3	43,0	2	28,5	2	28,5	7
Total	1	-	6	-	9	-	11	-	27
Média	1	-	1	-	1,5	-	1,83	-	4,5

Fonte: Dados de pesquisa, 2016

A baixa produtividade encontrada ao longo do período, realçada pelas Tabelas 3 e 4, difere quando se observa o quantitativo de autores que atuaram na elaboração dos 27 artigos científicos: 85 autores, conforme é possível verificar na TABELA 7.

Contudo, apesar desse quantitativo de autores, identificou-se apenas uma rede de coautores, tendo como ponto de convergência Uhlmann & Pfister.

Tabela 7 Autores dos trabalhos avaliados e codificação dos artigos por autor.

Relação de autores	Código
Edilson Paulo	11
Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante	12
Iana Izadora Souza Lapa de Melo	13
Mary Cristine Coelho	21
Flávio da Cruz	22
Orion Augusto Platt Neto	23
Thiago Bernardo Borges	31
Márcia Athayde Matias	32
Juliana Cândia Ribeiro Dias	41
Marco Tulio de Castro Vasconcelos	42
Danielle Cristina Gonzaga Corrêa	51
Alessandro de Castro Corrêa	52
Alegria dos Santos Leite	53
Yeda Raquel da Silva Monteiro	54
Janilson Antônio da Silva	61
Tiago Villac Adde	71
Sérgio de Iudícibus	72
Álvaro Augusto Ricardino Filho	73
Eliseu Martins	74
Alex Sandro Rodrigues Martins	81
Alexandre Costa Quintana	82
Flávia Verônica Silva Jacques	83
Daiane Pias Machado	84
Sueli Farias	91
Juliana Pires Schulz	92
Rita Lúcia Bellato	93
Luiz Alberton	94
Jonathan Alves Galdino	101
Joel Brito Moura	102
Edileuza Lobato da Cunha	103
Roberto Zuccolotto	111
Marco Antônio Carvalho Teixeira	112
Edson Luiz Riccio	113
Giovanni Pacelli Carvalho Lustosa da Costa	121
Ivan Ricardo Gartner	122
Ana Luísa Pereira	131
Ana Lúcia Romão	132
João Marcelo Alves Macedo	141
Lino Martins da Silva	142

Marcleide Maria Macedo Pederneiras	143
José Expedido de Gusmão Lopes	144
José Francisco Ribeiro Filho	145
Marcos Gilson Gomes Feitosa	146
Andreia de Oliveira Gonçalves	151
Paulo Barbosa Lustosa	152
Rodrigo de Sousa Gonçalves	153
Emanoel Carlos Celestino	154
Clóvis Antônio Kronbauer	161
Gustavo Pires Krüger	162
Ernani Ott	163
Cléber José Nascimento	164

Tabela 7 Autores dos trabalhos...

(Continuação)

Ernesto Fernando Rodrigues Vicente	171
Leonardo Silveira do Nascimento	172
Maria Clara Cavalcanti Bugarin	181
Lúcia Lima Rodrigues	182
Joaquim Carlos da Costa Pinho	183
Diego Queiroz Machado	184
Vivian Osmari Uhlmann	191
Marivane Vestena Rossato	192
Elisete Dahmer Pfitscher	193
Danubia Vegini	201
Maria Denize Henrique Casagrande	202
Elisete Dahmer Pfitscher	203
Vivian Osmari Uhlmann	204
Bruna Camargos Avelino	211
Romualdo Douglas Colauto	212
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha	213
Gerlado Augusto Sampaio Franco de Lima	214

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

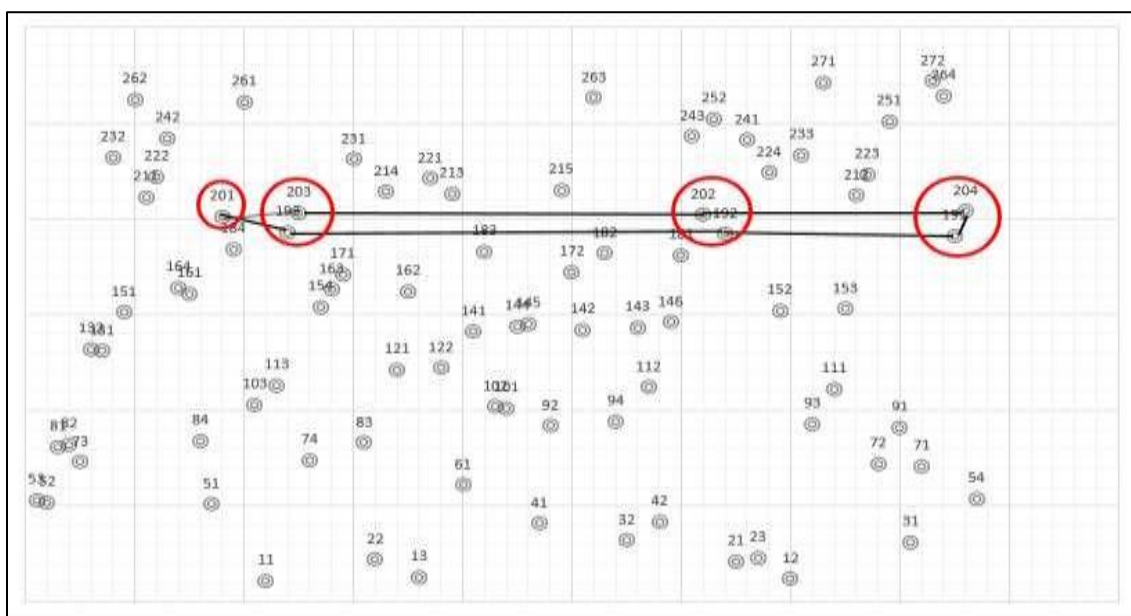
Continua - Tabela 7 - Autores dos....

Laura Edith Taboada Pinheiro	215
Ivan Canan	221
Camila Pacheco	222
Salei Baggenstoss	223
Paloma Vieira de Almeida	224
Eugênia José Silva Bitti	231
André Carlos Busanelli de Aquino	232
Ricardo Lopes Cansado	233
Miguel Gonçalves	241
Cláudio Correia	242
Maria da Conceição da Costa Marques	243
Silvia Maria Cabaco dos Santos	251
Maria Teresa Venancio Dores Alves	252
Dimas Barreto de Queiroz	261
Aneide Oliveira Araujo	262
Lívia Maria Freire de Moraes	263
Vinícius Gomes Martins	264
Roberto Ellery Jr	271
Victor Gomes	272

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As ligações entre coautorias podem ser melhor observadas na FIGURA 2. Os pontos indicados com numerações indicam os autores listados na TABELA 5. Observa-se que predominam a produção isolada, sendo que há apenas uma rede de coautoria, envolvendo as posições 191, 192, 193, 201, 202, 203 e 204. Tem-se como ponto de convergência dessa rede as autoras Vivian Osmari Uhlmann e Elisete Dahmer Pfitscher, que conectam Marivane Vestena Rossato, Danubia Vegini e Maria Denize Henrique Casagrande.

Figura 2 - Mapa de ligações de coautorias.



Fonte: Elaborado pela autora, 2016.

Outro aspecto relevante é a preferência de pesquisa. Dentre o grupo de trabalhos avaliados, verificou-se uma predileção pelo tema qualidade da informação contábil. Dos 27 artigos estudados, 08 foram direcionados à exploração de tal tema. Outro tema predominante no grupo estudado são os procedimentos contábeis, que envolvem desde o estudo da história das partidas dobradas, regimes de caixa e de competência até o tratamento contábil de ativos e internacionalização da contabilidade pública, com a adoção das *International Public Sector Accounting Standards* (IPSAS). Dos 27 artigos, 08 artigos enfocaram esse tema. As abordagens sobre dívida pública e auditoria e perícia governamental foram temas de 03 artigos por cada bloco temático. Já o tema *disclosure* e transparência e custos no setor público, por 02 artigos cada um. O tema

análise dos ciclos políticos na contabilidade foi explorado apenas em um único artigo. Verifica-se de modo geral, que dentre a amostra estudada, prevalece a perspectiva tradicional da *Public Sector Accounting Research* (PSAR) e que há um conjunto menor de estudos sobre agendas alternativas, que avaliem a contabilidade sob a perspectiva dos serviços públicos. 22 dos 27 artigos, ou seja, 81,48% dos estudos são direcionados para agendas que avaliam a geração de informação e o controle contábil do setor público, ou seja, geração de informação contábil, procedimentos contábeis, controle contábil da dívida pública e auditoria e perícia governamental.

Quanto à análise de abordagens teóricas, verificou-se que há a prevalência de perspectivas Normativas e Positivistas da Contabilidade nos trabalhos, o que corrobora para o formato de agenda de pesquisa proposto. Enquanto na primeira, aborda-se os aspectos técnicos da atividade contábil propriamente dita (procedimentos contábeis, princípios contábeis, aspectos qualitativos e quantitativos da contabilidade), no segundo caso, verifica-se o uso estatístico ou matemático puro para a interpretação dos fenômenos produzidos pelos objetos de pesquisa (MARTINS, 2006). 85% dos trabalhos pautam-se pelo aspecto normativo, enquanto os demais, pelo aspecto positivista. Nem um dos trabalhos estudados articulam as duas perspectivas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo se propôs a avaliar a produção acadêmica direcionada ao tema contabilidade pública, a partir da análise dos periódicos indicados pela ANPCONT, no período entre 2010 e 2015, classificados pelo QUALIS com notas B1 a A2. Foram identificados dentre os periódicos selecionados 27 trabalhos, produzidos por 85 autores. Identificou-se que a maioria desses autores não formam rede de relações de coautoria. Apenas uma única rede de coautoria foi evidenciada. Percebeu-se ainda que os temas informação contábil e procedimentos contábeis são predominantes dentro da amostra, o que reforça a tendência do uso de abordagens teóricas normativas e positivas da contabilidade ainda dissociadas.

A pesquisa demonstrou que há grande carência de estudos voltados à contabilidade governamental, devidamente evidenciados através dos principais periódicos de referência da área de Contabilidade no país. Apesar da introdução da *New Public Management* no Brasil nos anos 1990, a padronização dos procedimentos contábeis na administração pública e seu respectivo alinhamento com os procedimentos

globais é mais recente. Talvez esse marco instituído pelo Conselho Federal de Contabilidade no ano de 2007, que abriu importante precedente para que contadores públicos começassem a ganhar espaço, demandou assim como demanda um esforço da academia na interpretação dos procedimentos operacionais da contabilidade pública, antes de alçar voos maiores que envolvam a discussão sobre agendas mais avançadas, onde o enfoque seja a teorização e a ultrapassagem da fronteira do conhecimento, com a introdução de pautas inovadoras.

O estudo demonstra que há um grande campo de estudos a se explorar. Pautas envolvendo *disclosure*, auditorias externas e internas, transparência pública devem fomentar as futuras discussões sobre a relevância da contabilidade para a probidade das nossas organizações públicas.

6 BIBLIOGRAFIA

1. ARCHAMBAULT, É.; VIGNOLA GAGNÉ, É. **L'utilisation de la bibliométrie dans les sciences sociales et les humanités**. Montréal: Sciences Métrix, 2004.
2. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 2016.
3. BRASIL. **Decisão n. 147, de 26 de abril de 1832**. (1875). Regulamento das Contadorias acompanhado das instruções para a escripturação das Thesourarias do Imperio. Rio de Janeiro: Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1832/Typographia Nacional, 1832.
4. BRASIL. **Decreto nº 4.475, de 18 de fevereiro de 1870**. Aprova os Estatutos da Associação dos Guarda-Livros estabelecida nesta Corte. Rio de Janeiro: Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1870/Typographia Nacional, 1870.
5. BRASIL. **Decreto nº 5.445, de 05 de abril de 1873**. Promulga o novo quadro do número e vencimentos dos empregados do Tesouro e das Tesourarias da Fazenda, e faz outras alterações nos regulamentos dessas Repartições. Rio de Janeiro: Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil de 1873/Typographia Nacional, 1873.
6. BRASIL. **Decreto n. 2.807, de 31 de janeiro de 1898**. (1900). Reorganisa as Repartições de Fazenda. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1898/Imprensa Nacional, 1898.

7. BRASIL. **Decreto Legislativo n. 23, de 30 de outubro de 1891.** (1892). Reorganisa os serviços da Administração Federal. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1891/Imprensa Nacional, 1891.
8. BRASIL. **Decreto Legislativo n. 1.178, de 16 de janeiro de 1904.** (1907). Crea os logares de contador e procurador fiscal nas Delegacias Fiscaes do Thesouro Federal, e dá outras providencias. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1904/Imprensa Nacional, 1904.
9. BRASIL. **Decreto Legislativo n. 1.339, de 09 de janeiro de 1905.** (1907). Declara instituição de utilidade publica a Academia de Commercio do Rio de Janeiro, reconhece os diplomas por ella conferidos, como de character. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil/Imprensa Nacional, 1905a.
10. BRASIL. **Decreto nº 1.335, de 12 de dezembro de 1905.** Institui no Tesouro do Estado a escrituração em forma comercial. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil/Imprensa Nacional, 1905b.
11. BRASIL. **Decreto n. 7.751, de 23 de dezembro de 1909.** (1913). Approva o regulamento expedido em virtude do art. 32 da lei n. 2.083, de 30 de julho de 1909, para execução dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil/Imprensa Nacional, 1909a.
12. BRASIL. **Lei nº 2.083, de 30 de julho de 1909.** Reforma o Tesouro Federal e dá outras providências. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil/Imprensa Nacional, 1909b.
13. BRASIL. **Decreto n. 13.248, de 23 de outubro de 1918.** (1919). Approva o regulamento que altera a organização do Thesouro. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1918/Imprensa Nacional, 1918.
14. BRASIL. **Decreto n. 13.746, de 03 de setembro de 1919.** (1920). Dá instrucções para o serviço geral de contabilidade publica, em face da lei n. 2.083, de 30 de julho, e decreto numero 7.751, de 23 de dezembro de 1909. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1919/Imprensa Nacional, 1919.

15. BRASIL. **Decreto n. 15.210, de 28 de dezembro de 1921.** (1922). Approva o regulamento que altera a organização dos serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1921/Imprensa Nacional, 1921.
16. BRASIL. **Decreto n. 15.783, de 08 de novembro de 1922.** (1923). Approva o regulamento para execução do Codigo de Contabilidade Publica. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1922/Imprensa Nacional, 1922.
17. BRASIL. **Decreto Legislativo n. 4.536, de 28 de janeiro de 1922.** (1923). Organiza o Codigo de Contabilidade da União. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1922/Imprensa Nacional, 1922a.
18. BRASIL. **Decreto Legislativo n. 4.555, de 10 de agosto de 1922.** (1923). Provê as despesas publicas no exercicio de 1922. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1922/Imprensa Nacional, 1922b.
19. BRASIL. **Decreto n. 16.650, de 22 de outubro de 1924.** (1925). Organiza definitivamente a Contadoria Central da Republica e approva o seu regulamento. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brasil de 1924/Imprensa Nacional, 1924.
20. BRASIL. **Lei n. 2.083, de 30 de julho de 1909.** (1912). Reforma o Thesouro Federal e dá outras providencias. Rio de Janeiro: Collecção das Leis da Republica dos Estados Unidos do Brazil de 1909/Imprensa Nacional, 1909.
21. BROADBENT, JANE; GUTHRIE, JAMES. **Public sector to public services: 20 years of “contextual” accounting research.** Accounting, Auditing & Accountability Journal, v. 21, n. 2, 2008, p. 129-169.
22. CAMARA DE DEPUTADOS. **Alvará de 28 de junho de 1808.** Brasília: Câmara de Deputados, 2016.
23. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.** Brasília: CFC, 2016. Disponível em http://portalcfc.org.br/wordpress/wpcontent/uploads/2013/01/Setor_P%C3%BAblico.pdf> Último acesso em 28 de novembro de 2016.

24. GODDARD, ANDREW. **Contemporary public sector accounting research** - an international comparison of journal papers. *The British Accounting Review*, v. 42, 2010. p. 75-87.
25. GUEDES, VANIA L.S.; BORSCHIVER, SUZANA. **Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica.** Disponível em <<http://www.feg.unesp.br/~fmarins/seminarios/Material%20de%20Leitura/Bibliometria/Artigo%20Bibliometria%20-%20Ferramenta%20estat%EDstica%20VaniaLSGuedes.pdf>>. Último acesso em 28 de novembro de 2011.
26. JAYASINGHE, KELUM; NATH, NIRMALA D.; OTHMAN, RADIAH. **The Public Sector Accounting Accountability and Auditing in Emerging Economies: Insights Gaps and Some New Ways Forward.** In: _____. *The Public Sector Accounting, Accountability and Auditing in Emerging Economies.* New York: Emerald Group Publishing, 2015. P. 1-6.
27. MATTOS, PEDRO LINCOLN C.L. **Bibliometria: a metodológica acadêmica convencional em questão.** *RAE-Eletrônica*, v.3, n.2, art. 26, jul/dez. 2004. São Paulo: Fundação Getulio Vargas, 2004.
28. MORÁS, VANIA REGINA; KLANN, ROBERTO CARLOS. **Accounting of public sector: A study of networks published in international journals.** Disponível em <<http://www.contecsi.fea.usp.br/envio/index.php/contecsi/12CONTECSI/paper/viewFile/3159/2386>>.
29. O ESTADO DE SÃO PAULO. **Transcrição da entrevista do Senador João Luiz Alves ao Gazeta de Notícias.** São Paulo: O Estado de São Paulo, 1914.
30. PALÁCIO DO PLANALTO. **Portal da Legislação.** Brasília: Palácio do Planalto, 2016. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao>>.
31. PINTO, DELI ANTUNES. **Um marco histórico para o Brasil: a publicação das normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público (NBCASP).** Disponível em <<http://www.cienciascontabeis.com.br/marco-historico-brasilpublicacao-normas-brasileiras-contabilidade-aplicadas-setor-publico-nbcasp/>>.

32. SECRETARIA DO TESOIRO NACIONAL. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2016. Disponível em < <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/mcasp> >. Último acesso em 28 de novembro de 2016.
33. SOUZA, FABIA JAINY VIANA; SILVA, MAURICIO CORRÊA; ARAÚJO, ANEIDE OLIVEIRA. **Uma análise da produção científica da área de contabilidade governamental nos periódicos que utilizam o SEER e o SCIELO**. Revista de Contabilidade da Universidade Federal da Bahia, v.7, n. 2, maio-agosto, 2013. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2013. p. 22-37.
34. TAO, RYOSUKE. **Public Sector Accounting** - An interdisciplinary field involving accounting, economics, and jurisprudence. Public Policy Review, v. 8, n. 1, june 2012.